

EDUCOMUNICAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA EXPERIÊNCIA COM BOLETIM IMPRESSO

Elza Cristina Gomes da Silva¹

¹ Graduada pela Faminas, elzagomes.jor@hotmail.com

Resumo

Este trabalho leva em conta elementos de minha monografia para conclusão de curso, intitulado Educomunicação: educar para incluir, e do projeto Educar para a comunicação, registrado na grade curricular 2005, da Escola Especial Elzi Campos, mantida pela Apae de Miradouro, Minas Gerais. O estudo propõe uma discussão sobre a educomunicação e o seu papel na inclusão social de Pessoas com deficiência, assim, como uma abordagem sobre sua prática com boletins impressos.

Palavras-chave: Educomunicação, educação, comunicação, Pessoas com deficiência.

Educação e comunicação: bases da educomunicação

A palavra comunicação origina do latim “comunicatio” e significa tornar comum, repartir, compartilhar. A educação, por sua vez, é uma forma de pertencimento e aceitação na sociedade, além de possuir um caráter histórico e ideológico. É, portanto, socialização, assim, como a comunicação, que inclui o indivíduo e promove sua aceitação na sociedade. Segundo Paulo Freire, “a educação é comunicação, é diálogo, na medida que não é a transferência de saber” (1979, p. 69).

Os dois campos são ainda formadores de opinião, institucionalizantes, carregados de ideologias. Assim, a escola e os mediadores do conhecimento, isto é, os educadores, deveriam estar atentos a práticas educativas multidisciplinares que despertassem no aluno a capacidade de conexão entre as várias disciplinas ministradas na escola. Porém, esta prática é apenas o início de uma conduta que deverá levar os alunos a entenderem a aplicabilidade dos conteúdos e a relação com o cotidiano.

Atividades no âmbito da educação/comunicação podem ser observadas no Brasil e na América Latina, principalmente através da leitura crítica dos meios de comunicação, da década de 70, que preocupava com o consumo e a indústria cultural. Embora a União Cristã Brasileira de Comunicação - UCBC já a fizesse desde a década de 60, são nos anos 70 que estes trabalhos ganham força.

A leitura crítica dos meios de comunicação alertava para a persuasão destes. Ela consistia em um estudo sobre o que está oculto nas mensagens e como funcionavam os veículos massivos.

Metodologicamente, identifica-se como aquela concepção de leitura política formulada por Paulo Freire concomitantemente é uma leitura da palavra e do mundo. Em suma, uma leitura permanente da realidade que vivemos e na qual intervimos. Não sem conseqüência: com a finalidade consciente de motivar o indivíduo para a participação, para a ação política, para a interferência no processo gerador da comunicação que está sendo lida. (MELO, 1985, p. 12)

Esse período foi um marco da crítica social, resultando em propostas comunicacionais horizontais e dialógicas. Nesse contexto, a preocupação com a participação educacional revela um novo campo, o da educomunicação.

Jornais escolares foram trabalhados no Brasil de forma isolada até esta década; muitas vezes estes trabalhos estavam ligados à disciplina de Língua Portuguesa. Nos anos 80 houve uma tendência mundial ao uso de jornais em sala de aula, através de parcerias entre empresas jornalísticas e escolas.

Mas, foi o berço social que fez com que o Brasil e a América Latina utilizassem a Comunicação e a Educação não apenas no âmbito escolar, mas, também, nos movimentos sociais.

Isso decorre da situação política pela qual estes países passaram, pois, a maior parte viveu sob o domínio ditatorial entre as décadas de 60 e 80. É o caso do Brasil, que desde o golpe de 64 até a abertura em 1984 foi governado por militares que usavam dos meios de comunicação para controlarem os comportamentos sociais. Porém, no âmbito educacional existiram focos de resistência a esta política dominante.

A educomunicação quer além de apropriar dos meios de comunicação, levar os alunos e professores a pensarem, a dialogarem a terem curiosidade, e principalmente a se manifestarem socialmente.

Na academia, a Educomunicação enfrentou inúmeras barreiras, o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) surgiu apenas em 1996.

Entre 1997 e 1998, o Núcleo (NCE/ECA/USP) realizou uma pesquisa na América Latina e descobriu que

(...) era na sociedade civil, especialmente no chamado movimento popular dos anos 60 e 80, assim como nas organizações sociais voltadas para a promoção da cidadania através do exercício da 'comunicação dialógica' de matriz freiriana e da 'gestão democrática da comunicação', de matriz Kapluniana, que algo novo estava ocorrendo. (SOARES, 2005, p. 5)

Mário Kaplún trabalhava no Uruguai com produções radiofônicas chamadas "cassete-fórum", e foi o primeiro a usar o conceito educomunicação, designando a "educação para a comunicação" ou "leitura crítica dos meios", sendo, portanto, um precursor deste trabalho na América Latina. Em 1999, o NCE/USP passou a usá-lo de forma mais ampla, para as " (...) ações presentes no movimento de construção de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos em espaços educativos, possíveis graças à gestão democrática dos recursos da comunicação" (2005, p. 6).

O novo conceito engloba, desta forma, o anterior, trabalhado por Kaplún e pela UCBC, que passa a ser uma área da educomunicação e que aborda então, as seguintes áreas de intervenção social: educação para a comunicação, mediação tecnológica na educação, gestão comunicativa e reflexão epistemológica sobre a inter-relação Comunicação/Educação. Outra área, expressão comunicativa através das artes, foi acrescentada mais tarde.

A educação para a comunicação consiste em reflexões sobre os processos de comunicação e pedagogia, pela formação de sujeitos autônomos e críticos perante os meios de comunicação.

Diante da crescente tecnologia que é presenciada diariamente, a compreensão sobre o uso da tecnologia, tornou-se necessária nos ambientes educacionais, assim, surgiu a área intitulada: tecnologia na educação.

A gestão comunicativa convencionou-se chamar todas as ações relacionadas ao planejamento, execução e avaliação de planos, programas e projetos voltados para educação, comunicação e cultura como intervenção social.

A área de reflexão epistemológica refere-se aos estudos sobre a natureza da própria inter-relação entre comunicação e educação.

A quinta área, “expressão comunicativa através das artes”, criada posteriormente, devido ao desenvolvimento da pesquisa realizadas em Salvador – BA, é bastante realizada por organizações não governamentais.

Para o trabalho nestas áreas emergentes, seria necessário um profissional com um perfil diferente, com domínio em comunicação e educação. O NCE, a partir de pesquisas, diagnosticou pessoas com esta formação, graduados em comunicações, pós-graduados em educação, ou o contrário. Ismar de Oliveira Soares, no artigo “O perfil do educador”, afirma que: “O Educador é o profissional que demonstra capacidade para elaborar diagnósticos e de coordenar projetos no campo da inter-relação Educação/Comunicação”.(2005, p. 1)

Algumas características do educador são: trabalhar em equipe, com respeito pelas diferenças; compreender que o erro é parte do processo de aprendizagem; voltar-se para a transformação social.

Ele deve gerir os trabalhos educacionais, com auxílio ao educador, a utilização de tecnologias para que seja um meio de expressão dos alunos e refletir sobre a própria educação.

Mas, a proposta de formação do educador começou com o primeiro Curso de Especialização em Comunicação e Educação, que aconteceu na Universidade de São Paulo (USP), entre os anos de 1989 e 1990.

Hoje, existe a proposta da criação de um curso de graduação que una Comunicação e Educação, para a formação deste novo profissional, o educador.

Este agente deve trabalhar pela compreensão da mídia não apenas pela seleção do bom e do mau conteúdo, que são subjetivos, mas, sim por sua utilização social.

Conforme Maria Ângela Matos, “o jornal escolar, sendo menos o veículo para ser mais um processo rico de relacionamento humano, pode transcender a eficiência e a eficácia sonhada pela modernidade para constituir-se em vivências para o humano ser” (2003,p.10).

Outra mídia acessível e bastante utilizada é o rádio, um veículo democrático, pois, barato. Ele permite discussões dos alunos e trocas de opiniões. Com ele podem ser trabalhadas todas as curiosidades dos alunos e luta por direitos, com uma dialogicidade tecnológica impressionante.

As tecnologias podem somar junto à educação. Rádio, televisão, computador e todo o aparato necessário para a produção nestes veículos podem ser apropriados em favor da educação, isso se a ênfase for dada ao processo ensino-aprendizagem e não aos aparelhos e seu resultado.

Para a sua utilização independente de aquisição financeira, recomenda-se o uso de aparelhos simples e baratos, mas, que sejam capazes de mostrar o ponto de vista dos alunos por suas próprias produções, criações e limitações.

A curiosidade e a crítica fazem da apropriação das novas tecnologias uma prática educativa e comunicativa. A curiosidade do mundo dos acontecimentos, de tudo o ser humano descobriu até agora, do relacionamento humano, são insaciáveis sentidos à educação, assim como a crítica de tudo isso empurra as engrenagens para frente, para uma evolução da humanidade.

A comunicação está intrínseca à vida humana, inexistente sem ela, pois estabelece a troca de conhecimento, instiga a curiosidade grupal e possibilita a crítica, a externalização da crítica e possível crescimento humano.

A educação instiga uma nova mentalidade e seu objetivo é criar alternativas para uma evolução, através de diferentes pensamentos, e não, conscientizar, que é formar diversas pessoas iguais.

O educador não pretende manipular, para que todos pensem da mesma forma, sua pretensão é que os pensamentos surjam através da problematização dos educandos, que nessa perspectiva podem ser também educadores. O que não impede que o educador seja exemplo de luta a favor de direitos e contra as injustiças sociais.

A ação educadora confronta a formação para a subordinação; a relação de saber e aprendizagem é uma via de mão dupla e a criança leva para a escola uma bagagem anterior.

De acordo com Rubem Alves, a primeira tarefa da educação é ensinar as crianças a serem elas mesmas e a segunda é ensinar a conviver.

A educação na inclusão de Pessoas com deficiência

As Pessoas com deficiência possuem algum déficit em sua formação, pode ser uma insuficiência física ou mental, mas, a caracterização dessas deficiências, só acontece porque comparamos as pessoas umas com as outras. Portanto, se a maioria da humanidade fosse surda, seria anormal escutar sons e todos se comunicariam por língua de sinais.

Como indivíduo integral, é a forma como a Pessoa com deficiência se considera. O que diverge da maneira como são vistas, muitas vezes, apenas por sua deficiência, como se ela escondesse o todo, que forma o ser humano.

Preconceitos e superação destes aconteceram sempre. Mas, não são muitos os relatos na história. Na Revolução Francesa, em 1789, houve o reconhecimento do portador de deficiência pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, através do princípio de igualdade.

Na II Guerra Mundial, muitos soldados foram mutilados e suas nações, que pagavam indenizações e pensões, passaram a investir em reabilitação.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) fez a Declaração dos Direitos da Pessoa Deficiente, afirmando em seu artigo que:

O termo pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais. (MOSQUERA, 2000, p. 16)

Em 1972, o Brasil tornou a educação especial ação prioritária. O Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp) foi criado em 1973; atualmente, as ações são da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

Em 1932 foi fundada a primeira Pestalozzi no Brasil, e em 1954 a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) no Brasil, localizada no Rio de Janeiro, essas são entidades preocupadas com o bem-estar dos deficientes. Elas ajudaram a diminuir o preconceito e o isolamento a que essas pessoas estavam submetidas. Inúmeras conquistas foram alcançadas, como atendimentos nas áreas pedagógica e de saúde, assistência às famílias dessas pessoas, produções artísticas e esportivas e preparação para o trabalho.

Mas, as Pessoas com deficiência ainda são discriminadas, agora, por frequentarem estas entidades e a Escola Especial, o que requer um imenso cuidado diagnóstico. Segundo Paranhos, "A escola costuma separar as crianças que

apresentam dificuldade de aprendizagem rotulando-as de crianças excepcionais ou deficientes mentais”. (1986, p. 82).

Mas, foi na década de 90 que começou a ser instruída a educação inclusiva, a partir de decisões políticas. As reações foram diversificadas, enquanto alguns acharam que o ensino ficaria lento, outros ficaram sem entender como conduzir suas aulas trabalhando num espaço tão múltiplo, sem contar com a grande quantidade de alunos em sala. Porém, como a lei não foi discutida de forma ampla, em que educadores, associações e as famílias pudessem expor suas dúvidas, só restou, portanto, a aceitação, pois a inclusão social não é responsabilidade apenas da Escola Especial e de entidades especializadas, mas, de toda a sociedade. A educomunicação propõe a luta pela inclusão social, mas,

Apesar da boa vontade da lei, permanece a dificuldade decorrente da falta de preparo dos docentes, levando em conta que as Faculdades de Educação ainda desconhecem o tema, o que leva os planejadores educacionais a desconsiderarem o assunto. Daí a constatação de que os projetos em voga permanecem, na maioria das vezes, como atividades extracurriculares ou dependem da ação isolada de ativistas, em geral no âmbito das organizações não-governamentais. (SOARES, 2005, p. 15)

No Brasil, de acordo com o censo de 2000 – o primeiro a pesquisar sobre as Pessoas com deficiência - 14,5% da população brasileira é portadora de, pelo menos, uma das seguintes deficiências, investigadas pela pesquisa: deficiência mental permanente; deficiência física; incapaz, com alguma grande dificuldade permanente de enxergar; incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir; incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas.

Imaginemos estas necessidades e os impedimentos que geram para a comunicação dos seres humanos. O cego necessita da escrita em Braille. Primeiramente, ele precisará aprender. Quantas pessoas hoje no Brasil sabem ler em Braille? Quantas revistas ou jornais são publicados em Braille atualmente? Ah! Ele ouve, mas ele não vê o que passa na televisão. E como ele pode escrever seus próprios textos? Como ele pode divulgar seus pensamentos? Segundo o IBGE, “Em 2000, existiam 148 mil pessoas cegas e 2,4 milhões com grande dificuldade de enxergar. Do total de cegos, 77.900 eram mulheres e 70.100, homens”.(IBGE, 2000).

Estamos falando de um grande número de cegos ou deficientes que tem um acesso restrito a informação e a comunicação, e para os quais a educomunicação pode ser útil, não como assistencialismo, mas como protagonismo social.

A Pessoa com deficiência visual deve ser estimulada a viver com autonomia e independência. A educomunicação se propõe a incentivar essas condutas pela comunicação e educação necessárias a essas pessoas, para a promoção da auto-estima e a inclusão social.

O surdo, por sua vez, tem a Língua de Sinais, LIBRAS, mas, quantos são os surdos que tem acesso a LIBRAS? Quantos entendem o que acontece na televisão? “O número de surdos no Brasil era de 166.400, sendo 80 mil mulheres e 86.400 homens. Além disso, cerca de 900 mil pessoas declararam ter grande dificuldade permanente de ouvir”.(Idem, 2000)

Porém, deve-se ressaltar que os dados estatísticos sobre este tema são esparsos, pois, não existem fontes nacionais que consigam responder tais indagações.

Esse fato deve servir de sinalizador, pois, até agora não se pensava a Pessoa com deficiência de forma científica, pelo menos de maneira quantitativa. Por isso, pesquisas na área são de suma importância para construção do quadro da situação real.

Acredita-se que a inclusão social pode ocorrer se as Pessoas com deficiência tiverem oportunidade de apropriarem dos meios de comunicação, apresentando seus pontos de vista, sua atuação no mundo e lutando por seus direitos.

Daí a importância da educomunicação nesse processo de inclusão social. As Atividades que trabalham a comunicação junto à educação tanto no ensino regular quanto no especial são instrumentos facilitadores das distâncias entre esses dois mundos.

As pessoas consideradas normais decidem o destino da pessoa portadora de deficiências, os brinquedos, a perspectiva de vida, qual o grau inteligível ou escolaridade vai alcançar. Mas, muitas vezes, não se preocupam com a formação para o mundo e no mundo, com a própria escolha de sua grade curricular, autonomia, liberdade e capacidade de decidir o que diz respeito a sua própria vida.

A educomunicação utilizada aos portadores de necessidades especiais deve promover a inclusão destes na sociedade, mas, não o caráter ideológico da educação. A própria educomunicação é despojada de antecedentes, contra a educação bancária e a favor da troca igualitária entre alunos e professores. A inclusão é mais justa e verdadeira se ocorrer desta forma.

A prática da educomunicação pode acontecer com a colaboração de educadores e dos próprios colegas dos portadores de necessidades especiais, cada qual pode ajudar suprindo as dificuldades do outro. Uma turma pode fazer um jornal em Braille, com impressora para tal ou pode elaborar um teatro mudo, assim como pode aprender Libras. A superação dessas dificuldades torna a aprendizagem uma diversão e instiga a curiosidade das crianças, independente de suas dificuldades.

O trabalho da educomunicação com pessoas portadoras de deficiência engloba as áreas de comunicação, pedagogia e também saúde. A união destes profissionais e da sociedade pode gerar inclusão social e esclarecimento, possibilitando um novo tratamento.

Uma criança surda ou cega, por exemplo, precisará de um ambiente familiar e social favorável a suas necessidades. Para tanto, será necessário conscientização dos pais e superação da barreira inicial de preconceito.

Conforme Raquel Villardi e Aluizio Belisário,

É evidente que a possibilidade de desenvolvimento educacional num ritmo próprio, com acesso a ferramentas diferenciadas _ utilização intensiva de imagens e textos escritos, para portadores de deficiência auditiva, utilização intensiva de som e textos escritos em braile, para portadores de deficiência visual; além de outras ferramentas, que permitem uma interação efetiva entre portadores de deficiência e demais estudantes, viabilizando a participação plena no processo de construção – traz ganhos evidentes ao processo educativo de todos os envolvidos.(2005, p. 45)

Os meios de comunicação precisam de programas e textos de qualidade voltados para as crianças. Mas, também e principalmente, da atuação infantil na mídia, com autonomia e liberdade. Assim, a educomunicação pode propiciar espaços para práticas

que auxiliem na instrumentalização voltada à ação e interação com a Pessoa com deficiência.

Conforme a Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças,

(...) a criança deve ter acesso a informações e materiais de várias fontes nacionais e internacionais, especialmente àquelas que objetivam a promoção de seu bem-estar social, espiritual e moral (do artigo 17); a criança deve ter direito à liberdade de expressão (do artigo 13); e a criança tem o direito de expressar sua opinião com relação a todos os assuntos que a afetam (do artigo 12). (FEILETZEN, 2002, p.19)

A imagem que temos das crianças divulgadas pelos veículos de comunicação é um misto de inocência e impotência e de uniformidade e robotização. Esta avaliação é agravada se pensarmos em crianças com deficiência, consideradas dependentes e incapazes de pensamentos elaborados.

O que pode ser notado é que este tipo de criança nem é veiculado pela mídia e quando ocorre parte de iniciativa do governo ou de associações e instituições e se restringem a propagandas ou programas em canais pagos ou governamentais que não tem a audiência das TVs comerciais.

Este estereótipo que a grande mídia faz dos “coitadinhos” e “inocentes” pode ser revertido se utilizarmos iniciativas de educomunicação. Produções baratas como, jornal mural, fanzines e boletins, podem ser instrumentos eficazes para a inclusão social.

Há de se preocupar ainda com o acesso das crianças com deficiência a essas tecnologias, para que eles não se tornem duplamente excluídos, primeiro, por sua deficiência e segundo, pela falta de condições sócio-econômicas que impeçam o acesso à Internet, por exemplo. Esse acesso promove a liberdade, a igualdade de direitos e portanto, a inclusão social.

A criança com deficiência possui uma experiência extremamente rica, e, portanto, deve ser valorizada. Segundo Ivan Illich, “Os órfãos, os excepcionais e os filhos de professores escolares adquirem a maioria de seus conhecimentos fora do processo <<educacional>> planejado para eles” (1973, p. 62)

Ela aprende a criar soluções para sua deficiência, cria aparatos que a protegem e permitem uma vida além de sua deficiência.

Falar sobre inclusão social nos leva ao âmbito da inclusão escolar. A convivência harmônica entre os alunos ditos “normais” e os alunos com deficiência resulta em ganhos para ambas as partes. Isto, se pensarmos a escola como socializadora.

Realizada em 1994, a Conferência Mundial da UNESCO sobre Necessidades Educacionais Especiais ressalta que a educação é questão de direitos humanos e que o acesso a uma escola que atenda as necessidades da pessoa com deficiência deve ser garantida. Para Stainback, citado por SILVA, a educação inclusiva pretende atender “(...) todo e qualquer ser humano – independente de seu talento, deficiência, inserção social, de classe e de sua cultura – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos sejam satisfeitas.” (2005, p. 4)

A permanência destas crianças na escola regular é um direito passivo de escolhas pessoais e que deve ser respeitado. Mas, essa realidade propõe desafios à tradicional formação escolar, tantas vezes tecnicista ou voltada para o vestibular.

A Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação se propôs a propagar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos. O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade pretende estimular a educação inclusiva, pois

entende a como direito humano fundamental. Com o projeto, a Secretaria pretende habilitar as escolas para o atendimento a todos os alunos, principalmente os excluídos educacionalmente.

Os municípios participantes do programa são responsáveis pelas ações e a Secretaria pelo apoio técnico e financeiro, com capacitação de gestores e educadores afim de formarem sistemas educacionais inclusivos.

Outros programas, ações e projetos da Secretaria de Educação Especial são: Apoio à Educação de Alunos com Deficiência Visual, Apoio à Educação de Alunos com Surdez, Apoio à Educação Infantil, Apoio à Educação Profissional, Apoio Técnico e Pedagógico aos Sistemas de Ensino, Projeto de Informática na Educação Especial – PROINESP, Programa de Apoio à Educação Especial – PROESP, Projeto Educar na Diversidade nos Países do Mercosul.

A aceitação da Pessoa com deficiência na escola regular, com seu aspecto físico e ritmo de aprendizagem próprios pode ser lenta, mas, deve ser feita. Todos nós temos nossas peculiaridades e queremos ser aceitos com elas na sociedade. A pessoa com deficiência não é um monstro, um ser vegetativo ou um louco, é alguém que tem sentimentos e pensamentos.

Na realidade, somos todos deficientes, de alguma forma ou em algum sentido. Ainda de acordo com Rubem Alves, “o homem é, de nascimento, um portador de deficiência física”(2003, p.124). Por isso, nossa capacidade de pensar, de inventar coisas que não são natas ao nosso corpo, “quem está contente com as coisas do jeito como estão, não cria nada. Somente os doentes, portadores de deficiência, são obrigados a ser criativos...” (idem).

Somos seres inacabados, estamos em constante aprendizado, somos todos deficientes. Não podemos discriminar nossos próprios iguais, pois mudamos o tempo todo em busca de algo que não somos ou que nos falta. De acordo com Paulo Freire, é assumindo-nos inconclusos, que homens e mulheres procuramos a educabilidade.

Projeto Educar par a comunicação

O projeto Educar para a comunicação foi registrado na grade curricular 2005 da Escola Especial Elzi Campos, mantida pela Apae de Miradouro. O projeto objetivou apresentar o diversos veículos de comunicação aos alunos do Ciclo Inicial de Alfabetização Fase II da Educação Infantil e da Educação de Jovens e Adultos; e ainda, criar embasamento para que eles mesmos produzissem boletins impressos.

Os encontros diários de uma hora propuseram uma reflexão inicial sobre os veículos e produtos de comunicação. A apropriação da comunicação foi sugerida com a criação de boletins impressos, com temas e textos dos alunos.

- falar das deficiências

A independência de criação foi preservada. Ma, a escolha do veículo de comunicação foi sugerida, devido à falta de recursos financeiros que permitissem o acesso e a apropriação de outros veículos.

Os temas abordados nos _____ boletins foram escolhidos pelos alunos, mas, percebe-se influência indireta de assuntos trabalhados anteriormente pela professora.

Os alunos publicaram em todos os boletins, notícias sobre a escola, aniversariantes do mês, receita culinária e brincadeira.

As notícias foram desenvolvidas em grupos ou individualmente e a decisão sobre o que seria ou não publicado foi realizada em conjunto.

A partir do segundo boletim, nota-se maior envolvimento dos alunos com os textos, principalmente com depoimentos sobre seus medos. Este, boletim marca também o início de entrevistas com profissionais da Apae.

O projeto propiciou aumento da estima dos alunos, melhoria na linguagem e expressão verbal. Uma aluna diagnosticada com déficit cognitivo e deficiência física sofreu discriminação no ônibus que a leva de sua casa, na zona rural, até a escola. Ela chegou na sala de aula decidida a escrever sobre o episódio. O tema foi discutido pelos alunos; a aluna decidiu não escrever sobre o assunto, para não ser mais discriminada, mas, todos os alunos do grupo terminaram a conversa mais cientes de seus valores e com uma visão diferente sobre os problemas que enfrentam e enfrentarão na sociedade.

Os resultados seriam melhores se os recursos financeiros permitissem, pois a autonomia dos alunos deveria, de acordo com a proposta, constar também na diagramação do boletim e no registro de fotografias. Com maiores recursos, outros veículos de comunicação também poderiam ser trabalhados.

O trabalho com intercâmbio escolar ou comunitário pode ser uma alternativa para amplificar os objetivos desta proposta.

Bibliografia

ALVES, Rubem. **Conversas sobre educação**. Campinas: Verus, 2003.

ARAÚJO, Sandra Kally de Araújo. Escolas no ar: uma ação educomunicativa para a prática de educação ambiental. In: **CD-Row – Intercom**. Belo Horizonte, 2 a 6 de setembro de 2003.

AZEVEDO, Maria Verônica Rezende de. Telejornalismo e educação para a cidadania: uma experiência de educomunicação. In: **CD-Row – Intercom**. Belo Horizonte, 2 a 6 de setembro de 2003.

BAKHTIN, Michel. Problemas da poética de Dostoiévski. **Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981**.

BRANDÃO, Ana Paula. Feirão da educação: a educação como uma mercadoria. In: **CD-Row - Intercom**. Belo Horizonte, 2 a 6 de setembro de 2003.

CAFROT, Caan. **A comunicação humana**. Tradução de José Paulo Paes. 2 ed. São Paulo: Cultrex, 1974, p. 22-4.

FEILITZEN, Cecília. CARLSSON, Ulla (orgs). **A Criança e a mídia**: imagem, educação, participação. São Paulo: Cortez; Brasília, DF. UNESCO, 2002. p. 19.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 69.

_____. GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre educação**. 3 ed ver e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2003. v. 2. (Coleção diálogos).

_____. **Pedagogia da autonomia**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GOLDSTEIN, Gisela Taschner. Indústria Cultural In: Queiroz e Silva, Roberto (Coord). **Temas básicos em comunicação**. São Paulo: Paulinas / Intercom, 1983.

GOMES, Pedro Gilberto. **Tópicos da teoria da comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

ILLICHI, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 62.

JUNQUEIRA, F.G.C. **Confronto de vozes discursivas no contexto escolar**: percepções sobre o ensino de gramática da língua portuguesa. 2003. 259f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

LEÃO, Maria Izabel de Araújo; RODRIGUES, José Manoel. Protagonismo e Inclusão Cidadã pela Via Educomunicativa - Dois Estudos de Caso. In: **CD-Row – Intercom**. Rio de Janeiro, 5 a 9 de setembro de 2005. p. 4.

MARCOLINO, Eliana Martins. Comunicação e loucura: a representatividade da lei antimanicomial nos jornais O Estado de São Paulo e A Tribuna. In: **CD-Row - Intercom**. Belo Horizonte. 2 a 6 de setembro de 2003

MARTINO, Luiz C. Os cursos de teoria da comunicação à luz do jornalismo: obstáculos e impropriedade. In: **CD-Row - Intercom**. Rio de Janeiro. 5 a 9 de setembro de 2005.

MATOS, Maria Ângela. Paradigmas, teorias, modelos constitutivos da formação teórica em comunicação social. In: **CD-Row - Intercom**. Belo Horizonte. 2 a 6 de setembro de 2003.

MELO, José Marques de. **Comunicação/Incomunicação no Brasil**. São Paulo. Loyola, 1976. UCBC

_____. **Comunicação e libertação**. Petrópolis: Vozes, 1981

_____. A pesquisa em comunicação: trajetória Latino-americana. In: **Comunicação: teoria e política**. São Paulo: Summus, 1985. p. 38.

_____. **Para uma leitura crítica da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1985.

MONTEIRO, Marialva Paranhos. **A prática do cinema na favela**: para uma compreensão maior da realidade. In: MELO, José Marques de; et al. São Paulo: Cortez, 1986. p. 82

MOSQUERA, Carlos. **Educação Física para deficientes visuais**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. p. 16.

OLIVEIRA, Felipe Pena de. Scholars e acadêmicos: uma comparação entre as sistematizações teóricas dos pesquisadores de jornalismo no Brasil e nos Estados Unidos. In: **CD-Row – Intercom**. Rio de Janeiro. 5 a 9 de setembro de 2005.

PENTEADO, J. R. Wacaker. **A técnica da comunicação humana**. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1972.

PONTE, Cristina. Lentes cruzadas na pesquisa em Jornalismo: a proposta de Barbie Zelizer. In: **CD-ROW do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, 5 a 9 de setembro de 2005.

REBOUÇAS, Edgard. Que bases teóricas para os estudos de políticas e estratégias de comunicações? In: **CD-Row - Intercom**. Belo Horizonte, 2 a 6 de setembro de 2003.

SILVA, Eduardo Jorge Custódio da et al. Características de uma população com múltiplas deficiências associadas à surdez: um estudo piloto. In: **Informativo Técnico-científico Espaço**, INES, Rio de Janeiro, n. 23, jan/junho/2005, p. 4.

SOARES, Ismar de Oliveira. **A formação do educador**: 15 anos na busca de uma mais profunda relação entre o profissional da comunicação/educação e o mundo das crianças e dos adolescentes. NCE - Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP – Intercom 2005. p 5.

_____. **Gestão Comunicativa e Educomunicação**: caminhos da educomunicação.

Disponível em <<http://www.usp.br/nce/aeducunicacao/saibamais/textos/>>

Acesso em: 12 de ago. 2005.

_____. **O Perfil do educador**.

Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/aeducunicacao/saibamais/textos/>>. Acesso em: 12 de ago. 2005. p. 1 – 2.

SOMMER, Vera Lúcia. Uma breve revisão do legado de McLuhan. In: **CD-Row –Intercom**. Rio de Janeiro, 5 a 9 de setembro de 2005.

VILLARDI, Raquel; BELISÁRIO, Aluizio. Educação a distância – perspectivas de inclusão social. In: : **Informativo Técnico-científico Espaço**, INES, Rio de Janeiro, n. 23, jan/junho/2005, p. 45.

Disponível em: <<http://www.cipo.org.br>>. Acesso em: 05 de nov. 2005.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 de nov. 2005
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Disponível em: <<http://www.portalgens.com.br>>. Acesso em: 08 de nov. 2005

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=67&Itemid=196>>.
Acesso em: 08 de nov. 2005

Disponível em: <<http://www.pestalozzi.org.br/aspx/historia.aspx>>. Acesso em: 09 de nov. 2005.

Disponível em: <<http://rossetti.sites.uol.com.br>>. Acesso em: 09 de nov. 2005.

Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br>>. Acesso em: 09 de nov. 2005.

Informativo Técnico-científico Espaço, INES, Rio de Janeiro, n. 22, jul/dezembro/2005.

Comunicação e Educação, Revista do curso Gestão de Processos Comunicacionais, Ano X, n. 1, jan/abril/2005.

Comunicação e Educação, Revista do curso Gestão de Processos Comunicacionais, Ano III, n. 10, set/dezembro/1997.

Anais do 8º Congresso Estadual das APAE's de Minas Gerais
15 a 18 de agosto de 2002 – Caxambu-MG
Federação das APAE's do Estado de Minas Gerais

Anais do XX Congresso Nacional das APAE's
Fortaleza – CE 10 a 13/julho/2001
Federação Nacional das APAE's